

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Fundamentos para uma Teoria do Processo Estrutural Aplicável ao Direito Administrativo Brasileiro	11
1.1. Controle da Administração Pública pós-Constituição de 1988: um breve contexto	11
1.1.1. Por que controlar a Administração Pública?	12
1.1.2. A Constituição de 1988 e o reforço à atuação dos órgãos de controle.....	14
1.1.3. Os ventos do neoconstitucionalismo e o caráter não-decisionista da Constituição: entre a hermenêutica do controle e o controle da hermenêutica.....	17
1.1.4. Resultado: o “Direito Administrativo do Controle” e a “cultura do (des)controle”	21
1.2. Direito administrativo e controle no século XXI: tendências para uma “nova cultura do controle” da Administração Pública.....	25
1.2.1. A “cultura do controle” e seus impactos no direito administrativo	26
1.2.2. Linhas de transformação do direito administrativo em direção a uma “nova cultura do controle”	27
1.2.2.1. Consensualidade: da ação unilateral e autoritária à ação dialógica	29
1.2.2.2. Interatividade: da atomização à articulação das instâncias de controle.....	32

1.2.2.3. Reflexividade: contextualismo, consequencialismo e revisionismo.....	36
1.2.2.4. Responsividade: da punição ao desincentivo	40
1.2.2.5. Previsibilidade: do agir aleatório à não-surpresa.....	43
1.2.3. Segurança jurídica e efetividade como nortes do exercício da função de controle	44
Capítulo 2: A Construção e Consolidação da Teoria do Processo Estrutural	47
2.1. Surgimento e evolução da teoria do processo estrutural	47
2.1.1. <i>Brown v. Board of Education of Topeka I e II</i> : as origens do processo estrutural na Suprema Corte estadunidense	48
2.1.2. A evolução jurisprudencial estadunidense posterior a <i>Brown</i>	53
2.1.3. A criação do conceito de “processo estrutural”: rompimento com a tradição processual liberal e características dos casos estruturais.....	58
2.1.3.1. Os primeiros estudos: <i>public interest litigation</i> , <i>structural injunctions</i> e “policentrismo”.....	60
2.1.3.2. Principais contornos dos processos estruturais: síntese da teoria e da prática	70
2.2. Críticas aos processos estruturais: separação de Poderes, capacidade institucional, backlash e outros demônios.....	98
2.3. A passagem da <i>Warren Court</i> para a <i>Burger Court</i> e os dias atuais: um réquiem para os processos estruturais?	111
2.4. Processo estrutural para além dos EUA: uma tendência mundial?	118

**Capítulo 3: O Desenvolvimento da Teoria do
Processo Estrutural no Direito Brasileiro.....125**

- 3.1. O pioneirismo do Poder Judiciário na
utilização de medidas estruturais no Brasil125
- 3.2. A absorção da teoria do processo estrutural
pela doutrina processual brasileira.....135
 - 3.2.1. Os estudos pioneiros135
 - 3.2.2. A profusão do estudo do tema na
segunda metade da década de 2010138
 - 3.2.3. A ênfase na necessidade de releitura
de institutos processuais tradicionais.....141
 - 3.2.4. A ênfase no conceito, elementos e características
dos processos estruturais146
- 3.3. Acomodação no ordenamento jurídico:
a existência de um microssistema jurídico
de tutela estrutural no Direito brasileiro150
 - 3.3.1. Admissibilidade a nível constitucional.....150
 - 3.3.2. Admissibilidade a nível infraconstitucional152
 - 3.3.3. Projetos de Lei sobre o tema no Brasil.....167

**Capítulo 4: Processo Estrutural e Direito Administrativo –
a Aplicação do Método Estrutural no Controle de Casos
Jurídico-Administrativos Complexos175**

- 4.1. Por que o estudo do processo estrutural interessa (ou deveria
interessar) ao direito administrativo.....177
- 4.2. Processo estrutural para além do conceito:
“litígio complexo” e “método estrutural” a
partir das lentes da efetividade do controle179

4.3. Âmbito de aplicabilidade do método estrutural no direito administrativo brasileiro: os “casos jurídico-administrativos complexos”	186
4.3.1. Caso jurídico-administrativo.....	186
4.3.2. Caso jurídico-administrativo complexo: os critérios do policentrismo, mutabilidade, extrajuridicidade e juridicidade sensível.....	187
4.3.2.1. Policentrismo	191
4.3.2.2. Mutabilidade	194
4.3.2.3. Extrajuridicidade.....	196
4.3.2.4. Juridicidade sensível.....	198
4.3.2.5. Resumo	201
4.3.3. A medida da complexidade.....	202
4.4. O método estrutural para além do controle jurisdicional de direitos fundamentais	204
4.4.1. Alargamento do aspecto objetivo: processo estrutural para além das discussões atinentes à implementação de direitos fundamentais sociais e análise de políticas públicas.....	205
4.4.2. Alargamento do aspecto subjetivo: processo estrutural para além do controle jurisdicional da Administração Pública	211
4.5. A utilidade e efetividade do método estrutural para resolução de casos jurídico-administrativos complexos	221
4.5.1. A adequação da teoria do processo estrutural às tendências do direito administrativo e do controle da Administração Pública: o método estrutural e seu acoplamento à “nova cultura do controle”	222

4.5.2. Processo estrutural e LINDB.....	233
4.5.3. Direito fundamental à tutela “processual” efetiva: a idoneidade do método estrutural e o dever de utilização de técnicas estruturais na tutela de casos jurídico-administrativos complexos	239
4.5.4. Proporcionalidade, efetividade e segurança jurídica como critérios balizadores do manejo de técnicas estruturais no caso concreto	242

Capítulo 5: Método Estrutural no Controle Judicial de Casos Jurídico-Administrativos Complexos253

5.1. Processo estrutural e Poder Judiciário.....	254
5.1.1. Os extremos do controle judicial da Administração Pública: entre a “autocontenção” e o “ativismo”	256
5.1.2. A clássica discussão acerca do controle de atos administrativos discricionários e políticas públicas	259
5.1.3. Premissa fundamental: inafastabilidade do controle jurisdicional e inexistência de espaços imunes à jurisdição	273
5.1.4. Solução: criação de parâmetros materiais e processuais para balizar o controle	278
5.1.4.1. Os “testes de legalidade” como parâmetros materiais para o controle jurisdicional da atuação administrativa	283
5.1.4.2. O método estrutural como parâmetro processual para o controle jurisdicional de casos jurídico-administrativos complexos.....	288
5.1.4.3. Método estrutural e a superação das críticas atinentes à separação de Poderes, capacidade institucional e legitimidade democrática.....	291

5.1.5. Reflexo: o controle jurisdicional da Administração Pública como controle deferencial incremental.....	306
5.2. Técnicas estruturais para um controle jurisdicional efetivo de casos complexos	313
5.2.1. Exemplos de casos complexos no controle jurisdicional da Administração Pública	314
5.2.1.1. Análise de ações ou omissões relativas à implementação de direitos fundamentais	314
5.2.1.2. Análise de atos, processos e normas regulatórias	315
5.2.1.3. Análise de procedimentos licitatórios para outorga de concessão.....	317
5.2.1.4. Análise de requerimentos relativos a contratos de concessão e contratos de gestão: reequilíbrio econômico-financeiro e matriz de risco, metas de desempenho, sanções contratuais, extinção e intervenção, política tarifária.....	318
5.2.1.5. Análise de procedimentos administrativos de privatização	320
5.2.1.6. Análise de procedimentos de licenciamento ambiental e de responsabilização por danos ambientais....	321
5.2.1.7. Análise da responsabilidade de agentes públicos	321
5.2.1.8. Análise de atos e processos e provenientes de Tribunais de Contas.....	322
5.2.1.9. Análise de atos, processos e normas relativas ao enfrentamento da pandemia de coronavírus (COVID-19)	325

5.2.2. Técnicas estruturais em espécie e sua aplicação no controle jurisdicional de casos complexos	329
5.2.2.1. Técnicas relativas à função de cognição	330
5.2.2.2. Técnicas relativas à função de implementação	340
5.2.2.3. Técnicas relativas a ambas as funções	354
5.2.2.4. Técnicas relativas à organização, publicidade e racionalização do processo.....	367
5.2.3. Por uma política de gestão judicial de casos complexos	380
Conclusão	385
Epílogo.....	395
Referências Bibliográficas.....	397